**CONTRATO DE RATEIO Nº 26/2021**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DO PROGRAMA DE PERFURAÇÃO DE POÇOS

ARTESIANOS - PRÓPOÇOS, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O

 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA – CIDEMA E O MUNICÍPIO ABAIXO QUALIFICADO.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571S, Sala 02, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor **RUDI MIGUEL SANDER**, doravante denominado **CONSÓRCIO** e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE Cordilheira Alta / SC**, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.198/0001-04, com sede na Rua Celso Tozzo, 27 - Centro, representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **CLODOALDO BRIANCINI**, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº 708.433.929-91, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

# CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar o repasse de recursos financeiros, pelo MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, para custear as despesas do PROGRAMA DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS - PRÓPOÇOS.

# CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 O MUNICIPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), em 11 (onze) parcelas de R$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais), na forma do quadro demonstrativo abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PARCELA**  | **VALOR**   | **VENCIMENTO**  |
| 1  | 1.200,00  | 10/02/2021  |
| 2  | 1.200,00  | 10/03/2021  |
| 3  | 1.200,00  | 12/04/2021  |
| 4  | 1.200,00  | 10/05/2021  |
| 5  | 1.200,00  | 10/06/2021  |
| 6  | 1.200,00  | 12/07/2021  |
| 7  | 1.200,00  | 10/08/2021  |
| 8  | 1.200,00  | 10/09/2021  |
| 9  | 1.200,00  | 11/10/2021  |
| 10  | 1.200,00  | 10/11/2021  |
| 11  | 1.200,00  | 10/12/2021  |

2.2 O MUNICÍPIO autoriza o débito dos valores devidos ao CONSÓRCIO na conta do FPM, no dia 10 de cada mês.

2.3 Poderá ser excluído do CONSÓRCIO, após prévia suspensão, caso o MUNICÍPIO não consigne, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

# CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações aprovada para o exercício de 2021. a) 3.3.7.1 R$ 11.700,00

b) 4.4.7.1 R$ 1.500,00

# CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato vigorará do dia 04 de fevereiro de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021.

# CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

5.1 São obrigações do CONSÓRCIO:

1. colocar à disposição do MUNICÍPIO os serviços objeto do presente Contrato de Rateio;
2. orientar as Secretarias Municipais em relação aos procedimentos adotados;
3. encaminhar mensalmente o recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
4. elaborar relatório detalhado das atividades desenvolvidas;
5. comunicar ao MUNICÍPIO as anormalidades verificadas durante a execução do programa.

# CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

1. acompanhar os serviços oferecidos pelo CONSÓRCIO;
2. definir conjuntamente com o CONSÓRCIO a necessidade de novos serviços.
3. indicar local em que deverá ser executado o serviço de perfuração de poços tubulares profundos, mediante comprovação de domínio público seja por meio de documento que demonstre a propriedade do Poder Público ou por meio de servidão administrativa;
4. apresentar projeto construtivo e executivo de poço tubular profundo atestado por geólogo, conforme as ABNTs 12212 e 12244 e NBRs 588 e 1290, padrão exigido pelo órgão ambiental responsável;
5. providenciar e arcar com os custos referentes ao Licenciamento Ambiental Prévio (LAP), Licenciamento Ambiental de Operação (LAO), aprovado pelo órgão ambiental responsável e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução, exigido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

(CREA);

1. apresentar declaração atestando que o local da obra está em conformidade com as diretrizes de uso e ocupação do solo para atividade de perfuração de poço tubular profundo;
2. assinar termo de compromisso em que se obrigue a realizar as obras complementares de adução, distribuição e armazenamento da água obtida por meio de realização do poço tubular profundo, bem como a mantê-lo e conservá-lo, de modo a atender as necessidades das pessoas beneficiadas com a ação;
3. realizar o transporte dos equipamentos da origem até o município;
4. abastecer o comboio quando estiver no município realizando a perfuração de poços artesianos profundos;
5. disponibilizar mão de obra de apoio na execução da obra;
6. realizar teste de vazão e análise da quantidade da água;
7. adquirir os materiais para revestimento dos poços profundos.

# CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONSORCIO deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

7.2 A prestação de contas mensal ao MUNICÍPIO será feita na forma exigida pela Lei nº 4.320/1964 e disponibilizada no site do CONSÓRCIO para download do Município.

# CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 O MUNICÍPIO inadimplente com o CONSÓRCIO será notificado formalmente sobre sua inadimplência para que, no prazo assinalado, regularize a pendência.

80.2 A notificação da inadimplência implica a suspensão dos serviços do CONSÓRCIO até a regularização do débito.

8.3 Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 30 (trinta) dias, o MUNICÍPIO poderá ser excluído do CONSÓRCIO, após deliberação da Assembleia Geral, sem prejuízo do adimplemento do débito apurado.

# CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó - SC, 04 de Fevereiro de 2021.

# RUDI MIGUEL SANDER CLODOALDO BRIANCINI Presidente do CIDEMA Prefeito de Cordilheira Alta / SC